

- MAARA - Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- CPATSA - Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido
- URCA-NE - ^{Unidade} ~~Coordenadoria~~ Regional de Capacitação e de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste

TREINAMENTO SOBRE PLANEJAMENTO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL:

A contribuição da URCA-NE

Documento de Trabalho No. 10

URCA - Nordeste

Novembro de 1994

PC-OK



I. REFLEXÃO EM TORNO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL.

1. Porque o nível municipal?

O atual estágio de reorganização da sociedade brasileira coloca o debate sobre a municipalização dos serviços públicos, na medida em que as tarefas que antes eram da responsabilidade dos governos federal e estadual, passam a ser planejadas, coordenadas e executadas pelos municípios através das prefeituras, ou mesmo por outros organismos governamentais ou não.

Para justificar a necessidade do planejamento municipal, WILLIAMS FUENTES et al. (1987), destacam que o planejamento é:

-) *um local importante para o exercício da democracia e da soberania popular;*
-) *uma unidade administrativa e política de decisão;*
-) *um lugar de participação dos rurais nas atividades de planificação;*
-) *uma unidade espacial, econômica e social em que se desenvolvem concretamente as operações de desenvolvimento.*

2. Os limites do planejamento do desenvolvimento em escala municipal

O município é apenas uma das unidades territoriais. Dentro do município existem distritos, comunidades, fazendas, bairros, etc. Acima do município existem a micro-região, o Estado, a Região, o País. Todas as ações empreendidas ao nível municipal não dependem dos recursos e decisões total ou parcialmente controladas e manejadas na escala do município. Tem também projetos que dependem da cooperação de vários municípios. Por exemplo, infra-estruturas cujos recursos só podem ser encontrados em esferas maiores.

O planejamento municipal deve levar em consideração as atribuições previstas pela constituição, as possibilidades e arrecadações das prefeituras. Ao nível local, são muitas possibilidades ainda pouco aproveitadas ou concretizadas, como as leis municipais e os conselhos municipais. Esse, entre outros fatores, como a participação da população local, a mobilização dos grupos e dos agentes sócio-econômicos locais, determinam as especificidades do planejamento municipal, que correspondem também as especificidades das formas de intervenção para o desenvolvimento.

3. Que tipo de intervenção em escala municipal?

Responder as exigências da evolução da sociedade local, regional, e as diferentes demandas dos diversos atores municipais constitui o verdadeiro desafio dos serviços de apoio ao desenvolvimento.

Não se pode fugir da realidade. Uma realidade, uma situação que todos conhecem, mas, muitas vezes não a consideram na sua integridade, porque essa realidade atinge aos princípios da moral, do bom senso ou da normalidade, quando não da legalidade. Portanto, muitas vezes, planejam-se ações como se tudo funcionasse normalmente: a receita federal, o orçamento da União, a democracia direta, a consulta da população local, a transparência administrativa, etc, quando se sabe que no Brasil, como em qualquer outro país, com maior

ou menor grau de ocorrência, não funciona assim.

Portanto, é mais eficiente partir da realidade, tal como é, e não como deveria ser. Considerar os problemas sócio-institucionais como estruturais e não apenas conjunturais. Isto quer dizer, também, planejar em função das situações sobre as quais se tem o poder de agir, pelo menos ao nível municipal. Somente interessa considerar a situação das esferas estaduais, regionais e nacionais, mesmo quando não se tem poder direto de influência sobre elas; na medida que essas esferas influenciam o desenvolvimento na escala municipal. Uma forma simples para um planejamento útil, é considerar, as **contradições sociais**, e não ignorá-las como se não existissem, ou não tivessem importância. A sociedade não é homogênea, unânime, solidária. Ela é constituída de diversos grupos sociais, sócio-econômicos, sócio-culturais, sócio-profissionais, que agem em função de características, interesses específicos, através de **estratégias específicas**, para concretizarem os seus respectivos projetos.

Existem, certamente, formas de cooperação e de complementariedade entre esses diversos agentes sócio-econômicos mas existem, também, interesses divergentes, desacordos, conflitos, em resumo: **contradições**. Exemplos bem conhecidos são os problemas dos pequenos produtores, e até dos diversos tipos de "pequenos" agricultores (dos sem-terra ao proprietário de 200 ha). Sabem-se dos seus conflitos com os comerciantes, com os grileiros, com os grandes fazendeiros. Sabe-se também dos problemas de manejo de água entre os pequenos irrigantes, da concentração e expansão fundiária das grandes empresas agro-industriais, do assalariamento, e até da proletarianização dos agricultores na periferia dos projetos agro-industriais pelas empresas. Essa preocupação em compreender os interesses e as estratégias de cada grupo sócio-econômico deve, portanto, acompanhar todo o trabalho, desde o diagnóstico até a avaliação, durante todas as etapas do planejamento local.

II. OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

1. O DIAGNÓSTICO

a) O que é?

É uma apreciação realizada num dado momento, em função de uma situação dada (demanda, projeto externo, etc) e com um nível de informação dado. Todo diagnóstico tem as suas limitações, não revela tudo e não explica tudo. Também não é o seu objetivo.

Além de identificar os problemas e as "doenças" através dos seus "sintomas", também devem ser analisada e avaliada a capacidade e a oportunidade de "curar" esses problemas. Ou, mesmo de não intervir, de deixar fazer, por tal ou tal razão. O planejamento começa com a decisão de intervir ou não.

b) Do diagnóstico ao planejamento

O planejamento é a organização das possíveis ações ou soluções a serem utilizadas para resolver os problemas ou as demandas identificadas. (FIGURA 1)

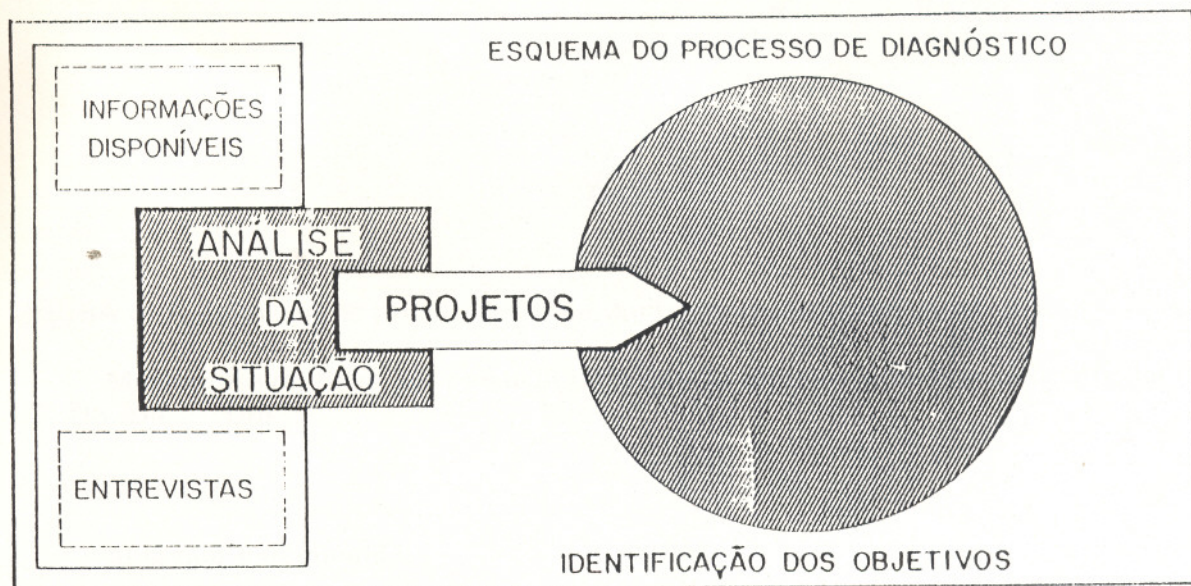


FIGURA 1: Esquema do processo de diagnóstico

Durante o diagnóstico, as propostas são diversas. Partem em todas as direções. (FIGURA 2)

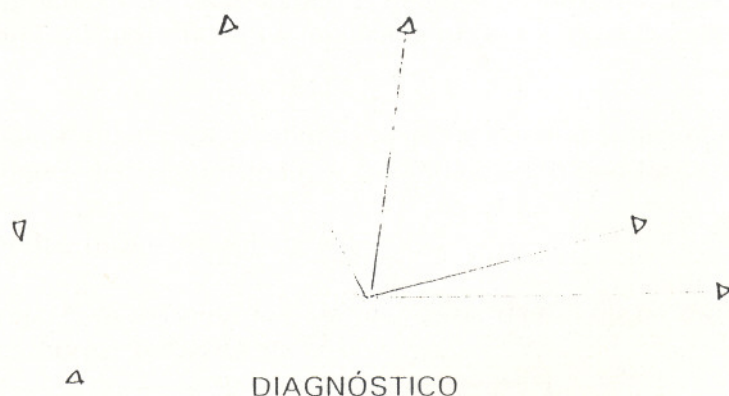


FIGURA 2: As diversas propostas levantadas pelo diagnóstico.

Após a restituição e validação do diagnóstico, com a população local, deve aparecer uma orientação, um consenso mínimo.

Portanto, é preciso hierarquizar as prioridades e chegar a formulação de propostas consensuais. A comprovação das prioridades e a validação das propostas realizadas mediante a restituição dos resultados do diagnóstico aos atores envolvidos.

Após a restituição e validação do diagnóstico com a população local, deve aparecer uma orientação, um consenso mínimo.

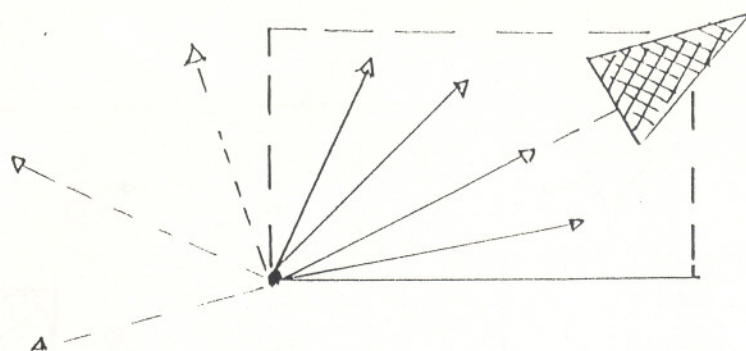


FIGURA 3: A definição de prioridades e de uma orientação consensual

Mesmo assim, deve ser pensada uma gestão diferenciada dessas propostas (D1, D2, D3, D4, ..., Dn).

2. A DEMANDA

a) O que é demanda?

É a expressão de uma necessidade sentida por parte ou pelo conjunto de um grupo social para passar de uma situação real (atual) para uma situação desejada.

b) A demanda e o planejamento

Durante o processo de diagnóstico e de formulação das ações, a demanda dos atores é sucessivamente identificada e analisada para dar lugar a definição de propostas adequadas.

Na fase de identificação da demanda, deve-se procurar suas origem e quando existir um consenso, a origem desse consenso, a sua dinâmica, a sua força, a sua expressão.

Duas demandas foram identificadas:

Exemplo: o projeto da minoria dos grandes fazendeiros ou da maioria dos pequenos agricultores. (FIGURA 4)

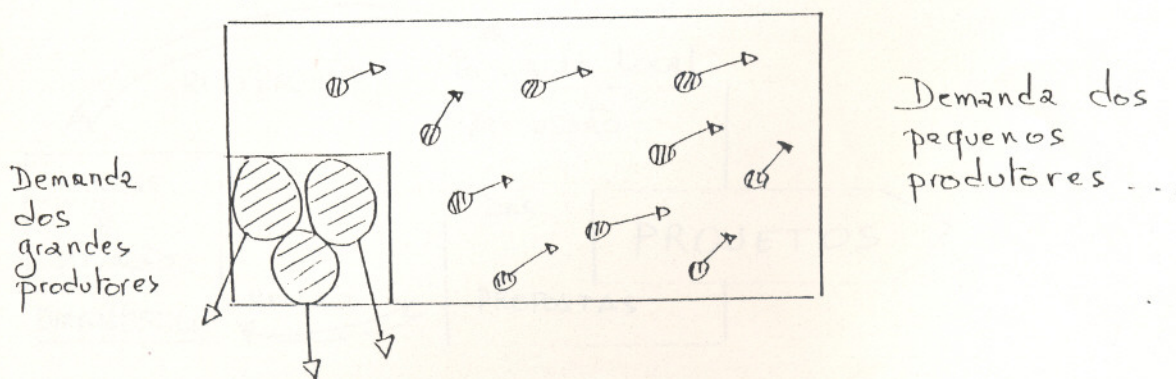


FIGURA 4: Um exemplo de identificação de demandas.

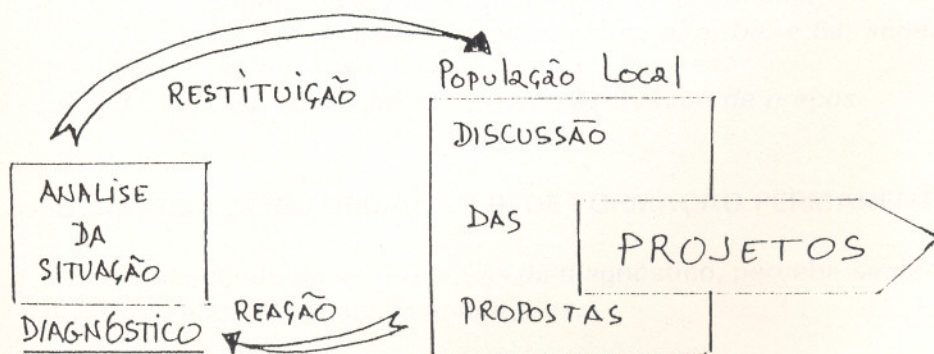
Um projeto específico comum entre os pequenos produtores.

Diversos projetos individuais entre os grandes produtores.

Nessa análise devem ser tomados em conta os interesses e estratégias dos diversos grupos de atores, tanto do ponto de vista individual como coletivo.

Ressalta-se aqui a importância da gestão da informação e da diversificação da restituição. O importante é pensar em formas de gestão da informação a ser restituída.

Entende-se por restituição o retorno das informações à população, de maneira organizada, criando condições para um debate entre os diversos atores locais. Essa confrontação entre o diagnóstico externo e a opinião da população deve ser orientada em função de ações concretas de desenvolvimento. (FIGURA 6)



5

b) Para que serve?

-) socialização e legitimação das informações junto a população;
-) reconhecimento institucional junto as autoridades;
-) ajuda a negociação e mobilização dos atores em torno de ações, estimulando a sua participação.

c) Como fazer uma restituição diferenciada da informação?

As categorias de atores locais não tem o mesmo grau de acesso a informação. Portanto, mesmo se existir um espaço de negociação ou formas de consultar a população, aqueles que não dominam as informações adequadas, não vão ter a mesma capacidade de se expressar, de manifestar a sua posição ou de defender os seus interesses, os seus projetos.

A prioridade reside na redistribuição, na socialização da informação disponível (por exemplo, após o diagnóstico). Para que ela seja captada, é necessário adequar os conteúdos, as formas de apresentação a cada categoria de atores locais. Não podemos utilizar sempre os mesmos instrumentos (relatórios, slides, etc), representação gráfica (mapas, quadro, curvas) para técnicos, lideranças políticas ou para produtores.

Assim, convém pensar em sessões de restituições específicas para cada categoria de ator, com conteúdos e meios pedagógicos adaptados, antes de organizar uma restituição comum, ou reuniões decisivas para a escolha das soluções ou a definição dos projetos. Neste sentido, é importante criar um sistema de informação e de formação que seja diversificado e adaptado aos diferentes grupos sócio-econômicos do município.

Exemplo de Petrolina:

-) agricultura de sequeiro;
-) colonos;
-) empresas de irrigação.

Exemplo de Massaroca:

-) projeto global (crédito agrícola diversificado);
-) projeto de capacitação (adultos, alfa, 5a. e 6a. séries, supletivo);
-) organização dos produtores;
-) criação de um núcleo de observação de preços.

4. O SISTEMA DE INFORMAÇÃO (E DE FORMAÇÃO PERMANENTE)

Conhecendo-se as limitações do diagnóstico, percebe-se porque é preciso atualizar regularmente as informações levantadas.


Como manter um sistema de informação e de formação?

Partir do que já existe:

Onde circula a informação? (feiras, encontros, rádio, televisão, jornais, ATER's, Igreja, clubes esportivo, culturais, redes sócio-profissionais, etc). Por exemplo, como se dá e circula a informação sobre os preços e mercados.

Onde se faz a formação? (Escolas primárias: o exemplo Secretaria de Agricultura e do Interior de Petrolina).

Quem são os agentes que tem maior proximidade com a realidade local? (ex: zoneamento por entrevista de pessoas-chave)

-) extensionistas;
-)  padres;
-) agentes de saúde (SUCAM/FNS);
-) professores da rede escolar.

Reforçar ou criar um sistema? Somente se se pode melhorar o que existe.

Criar núcleos locais ou municipais? (ex: preços, censo agropecuário).

Criar projetos de capacitação descentralizados?

Apoiar sistemas de crédito rural diversificado? (FNE, micro-empresa, etc).

5. IDENTIFICAÇÃO E FORMULAÇÃO DAS PRIORIDADES

O que é uma prioridade (ação prioritária)?

É uma ação em torno da qual existe a evidência da sua urgência, da sua necessidade, e portanto, um consenso ao nível da população ou do grupo local sobre tal urgência, e prioridade.

Para levantar e formular as prioridades deve-se levar em conta:

-) os objetivos divergentes que vem de conflitos de interesses (entre diversas categorias sócio-profissionais);
-) as formas de reciprocidade¹ local que geralmente são ignoradas;
-) as formas de reciprocidade tradicional (mutirão, ajuda mútua). Mecanismos de regulação social geralmente reconhecidos por todos e que garantem a participação solidária de todos, até para uma ação produtiva, *por exemplo: construção de escola, igreja com um mutirão, etc.*

Para resolver os conflitos, deve haver uma negociação, que pode ser assegurada:

-) pelo sistema tradicional de regulação social da comunidade (reunião, decisão do chefe, etc);

¹Reciprocidade: formas de ajuda mútua, na origem, solidariedade na produção.

-) pelos espaços de negociação criados pela intervenção externa (restituição, comissão, grupo de trabalho, assembléia, associação, etc).

Construção de um acordo mínimo

Objetivos divergentes e conflitos de interesse devem ser superados. Pode-se chegar a consensos obtidos pela própria população. É bom verificar se se trata de um consenso formal, mais "flexível", com pouca adesão ou, ao contrário, de um consenso "rígido", sólido e firme. As vezes, é melhor trabalhar a partir de um compromisso negociado entre as partes (com a arbitragem de um agente não envolvido), do que a partir de um consenso de fachada, demasiadamente flexível.

Na fim da fase de definição de prioridades, devem ser tomadas as decisões quanto a definição das propostas ou a escolha de soluções (ver ficha II.02: o inventário de soluções).

Análise das soluções:

-) quais as respostas apropriadas?
-) qual será a apropriação **social** das inovações ou ações propostas?
-) quais tipos de evolução podem gerar conflitos ou Diferenciação social?

Por exemplo, no caso já ilustrado pelas figuras 4 e 5, podemos considerar as prioridades e as consequências do apoio ao grupo dos pequenos produtores ou a aquele dos grandes fazendeiros.

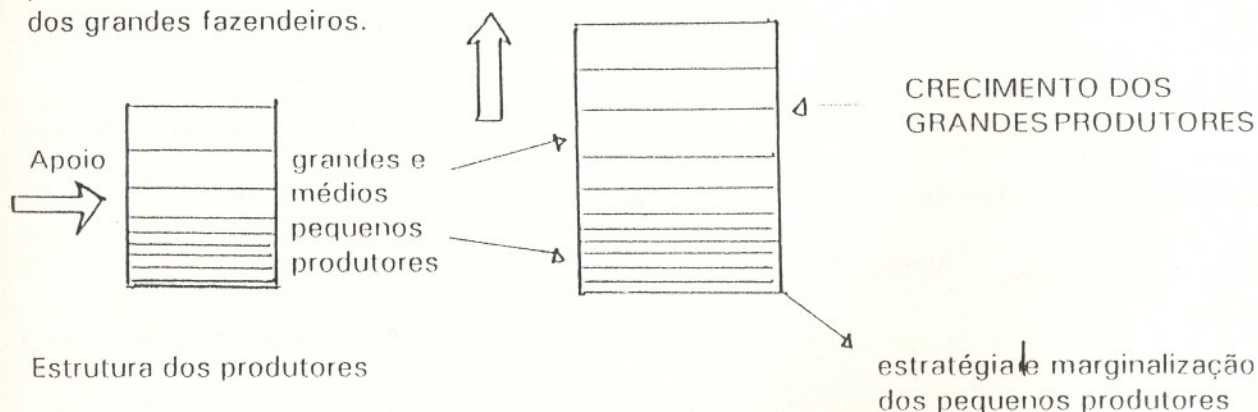


FIGURA 7: As consequências da intervenção: diferenciação sócio-econômica.

6. DEFINIÇÃO DE AÇÕES E ETAPAS

É fundamental fixar os prazos e as metas em função das prioridades:

-) recuperar o atraso (curto prazo);
-) estabelecer metas a médio e longo prazo.

O importante é deixar abertura para opções diferentes. Cada um tem direito ao tipo de desenvolvimento que quer, como quer e, as vezes, até as margens do sistema geral. Entretanto, a prefeitura, ou um projeto de desenvolvimento devem respeitar as particularidades, mas trabalhar para a maioria.

A organização do dispositivo de planejamento deve definir:

-) as tarefas a serem realizadas;
-) a organização e utilização de cada um;
-) o calendário de execução (cronograma);
-) o sistema de acompanhamento e avaliação.

A programação dos projetos determina esses aspectos, por exemplo: a avaliação e organização dos recursos.

A avaliação e organização dos recursos disponíveis

A Formulação de prioridades só pode ser realizada de maneira realista, levando em conta os recursos que podem dispor:

-) *os recursos humanos (os produtores e moradores, as instituições de apoio);*
-) *os recursos físicos (naturais, máquinas, financeiros).*

A partir desses três componentes seguintes:

-) *regulação social;*
-) *constituição de um acordo;*
-) *avaliação e gestão dos recursos.*

Existem sempre diversos cenários para dar respostas às prioridades. Por isso, convém transformar essas prioridades em função de várias etapas.

7. A NEGOCIAÇÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

O que é um convênio?

É um acordo de colaboração ou de cooperação, estabelecido por escrito, de acordo com uma série de regras e modalidades.

O contrato é semelhante, só que tem um valor mais econômico, comercial ou produtivo, enquanto o convênio é mais utilizado para colaboração inter-institucional.

Para que serve?

Para fixar, por escrito, os termos de um acordo entre as várias partes, de maneira a garantir o respeito desses termos pelas partes contratantes, perante a lei.

Exemplo: convênio entre a Prefeitura Municipal de Juazeiro e o Comitê de Associações Agropastoris de Massaroca para utilização do caminhão no transporte escolar.

Contrato de empréstimo entre Zé Gomes e o Comitê de Massaroca, para crédito de custeio de 1 ha de melancia.

Contrato de manutenção das bombas instaladas pela Secretaria de Agricultura de Petrolina no meio rural com a Escola Eletrotécnica de Petrolina.

8. UMA AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO (SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO)

O que é?

Entende-se por acompanhamento e avaliação o conjunto dos mecanismos elaborados e utilizados para a observação e análise das ações de desenvolvimento e dos seus resultados.

Para que serve?

Os objetivos dos sistemas de acompanhamento e avaliação são:

-) verificar, apreciar os efeitos, os impactos e os resultados da ação do projeto em diversas etapas;
-) manejar a execução das ações, de maneira a realizar as reorientações e operar os ajustes necessários a eficiência das ações e operações.

Num primeiro tempo, é impossível isolar as mudanças provocadas por um determinado projeto ou por uma ação de desenvolvimento daquelas provocadas por outros fatores. É necessário, portanto, observar o conjunto das mudanças dando prioridade aos fatores-chave, e aos principais pontos de estrangulamento que favorecem ou dificultam a intervenção e as soluções dos problemas dos agricultores.

EMBRAPA/CPATSA - URCA-Nordeste

Treinamento sobre planejamento agropecuário municipal

CPATSA, Petrolina (PE), 24-28 de outubro de 1994

PROGRAMA

Dia 24/10:

Manhã: 8:00 h - Abertura (apresentação)

9:00 h - Uma experiência de planejamento municipal

Palestrante: Dr. Rogério Alves de Santana - ADAC

Tarde: O zoneamento por entrevistas de pessoas-chave do município de Juazeiro-BA

Palestrante: Dra. Jussara de Souza Oliveira - ADAC

Dia 25/10:

Experiências da Secretaria de Agricultura e do Interior da Prefeitura de Petrolina-PE

Palestrantes: Dr. Everaldo Rocha Porto - Secretário de Agricultura

Dr. Gilson Liberal - Geólogo

Dia 26/10:

Manhã: Experiências de planejamento municipal das ATER's do Nordeste.

Palestrantes: Membros das EMATER

Tarde: Planejamento municipal:

Palestrante: Responsável CATER/MAARA

Dia 27/10:

Elaboração de material didático a partir de trabalho em grupos.

Dia 28/10:

Manhã: Avaliação do andamento do projeto URCA-NE

Tarde: Avaliação da Rede URCA-NE e encerramento.

MÓDULO II	Planejamento e intervenção
TÍTULO	Planejamento municipal e municipalização do desenvolvimento Rural

I. Conceitos:

Para melhor definir o que entendemos por planejamento municipal, é necessário precisar alguns conceitos.

Planejamento rural: O planejamento rural é a organização e a distribuição dos recursos disponíveis na perspectiva do desenvolvimento do meio rural. É um processo de tomada de decisão.

Planejamento agropecuário: Trata-se da organização, distribuição dos recursos e das ações no setor da produção agropecuária.

Planejamento agropecuário municipal: É um processo de gestão integrada dos recursos da União, Estado e município conduzido de forma descentralizada no sentido da autonomia municipal para a definição de políticas e ações voltadas para o desenvolvimento da economia agropecuária.

Municipalização do desenvolvimento rural: É a transferência de recursos e responsabilidades quanto ao apoio ao desenvolvimento rural, da União ou do Estado para o município.

II. Importância da municipalização:

1. Importância do setor agropecuário para o município:

- Participação no PIB;
- Participação no complexo agroindustrial a montante e a jusante da propriedade rural.

2. A maioria dos municípios têm na agropecuária a base da economia;

3. A produção agropecuária depende dos fatores ambientais locais

4. Desempenho do setor primário depende muito de fatores que devem estar disponíveis o mais próximo possível dos produtores rurais:

- insumos, equipamentos, transporte, armazenagem, pesquisa, crédito, assistência técnica, extensão rural, comercialização, etc.

III. Características

- a) Origem constitucional;
- b) Afastamento da União;
- c) Coordenação municipal;
- d) Planejamento participativo e integração de ações.

IV. Condições essenciais para a municipalização

1. Reconhecimento de que o desenvolvimento rural é responsabilidade conjunta dos três níveis de governo;
2. Reconhecimento de que as ações a serem desenvolvidas devem ser decididas e controladas pelas próprias comunidades envolvidas;
3. Estabelecimento de um Programa de Desenvolvimento Agropecuário que especifique prioridades, atividades, recursos e atribuições de cada instituição ou nível de governo;
4. Participação dos agricultores, através de suas entidades representativas, na formulação do Programa Municipal e no acompanhamento de sua execução;
5. Integração de ações e recursos (patrimônio e pessoal);
6. Parceria é a chave.

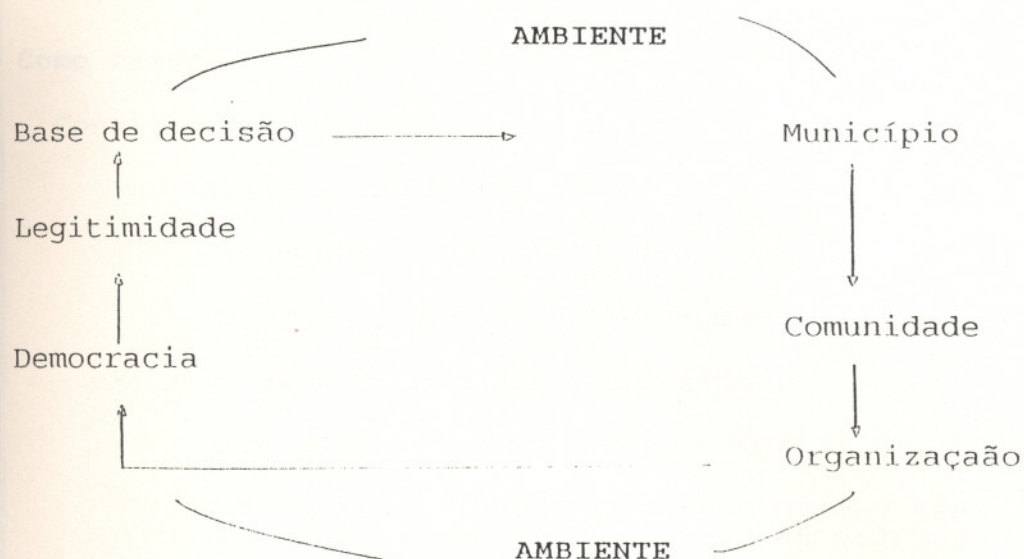
V. Implementação

1. Ações de capacitação (ampla discussão, conscientização);
2. Ações municipais (instrumentalização):
 - a) Secretaria Municipal de Agricultura
 - b) Conselho de Desenvolvimento Agropecuário
 - participação da comunidade
 - definição de prioridades
 - integração das ações
 - integração do meio rural com o urbano
 - c) Fundo Municipal de apoio à agricultura
 - d) Programa Municipal para o Desenvolvimento da Agricultura
 - Programa de Preservação ambiental
 - Microbacias Hidrográficas
 - Saneamento básico
 - Programa de Organização dos Produtores
 - Condomínios rurais
 - Clube de jovens
 - Clube de mulheres
 - Feira do produtor

MÓDULO II	Planejamento e intervenção
TÍTULO	Municipalização do desenvolvimento rural

1. Porque municipalizar?

- Porque o município é o núcleo de decisões de base na divisão administrativa da União;
- Porque a descentralização da tomada de decisão garante uma maior democratização;
- Porque este processo está escrito na Constituição de 1988.



Esquema do processo de tomada de decisão em escalas municipal e local

2. Porque municipalizar os serviços de apoio à agricultura?

- Pela importância das condições locais:
 - condições naturais e ecológicas (recursos naturais, clima);
 - ciclos biológicos das culturas.
- Pela dependência de níveis de decisão e serviços locais:
 - infraestruturas locais;
 - serviços locais (tecnologia, insumos/equipamentos);
 - informações locais (preços, mercados, ...).

3. O que é municipalização?

É o processo de gestão integrada dos recursos, esforços e ações de instituições públicas e privadas coordenadas pelo município.

4. Municipalização da agricultura?

Consiste na integração das ações voltadas para o setor agrícola, na escala do município.

Como fazer?

Condições essenciais:

- vontade política;
- responsabilidade de todos;
- decisão e controle pela sociedade;
- criação de fóruns específicos;
- elaboração de um plano diretor;
- inserção da ATER no processo de municipalização passa por mudanças radicais nas práticas, comportamentos e estruturas.

Cuidado! Municipalização não é prefeiturização.

MÓDULO II	Planejamento e intervenção
TÍTULO	Fórum de discussão

1. O que é? É a instância de discussão, negociação, deliberação e encaminhamento, composto por uma representação de atores do desenvolvimento local.

Exemplos: 1. Comitê de Planejamento Municipal;
2. Unidade de Planejamento Agropecuário.

2. Para que serve?

- viabilizar a participação dos diferentes atores do desenvolvimento no processo de tomadas de decisão;
Exemplo: escolha do local para construção de uma barragem.
- facilitar a interlocução entre os diferentes atores do desenvolvimento agropecuário (representação dos produtores, instituições públicas, estadual, federal);
- priorizar as ações a serem desenvolvidas;
- racionalizar a aplicação de recursos evitando a superposição de ações;
- facilitar a negociação de propostas;
- captar, sistematizar e socializar as informações;
- acompanhar e avaliar o processo de planejamento.

3. Como fazer?

3.1. Meios:

- identificar os parceiros;
- sensibilizar os parceiros;
- reunir;
- discutir finalidade e objetivo do fórum;
- forma de atuação.

3.2. Métodos: contatos, visitas, reuniões.

3.3. Modalidade de funcionamento:

- formal;
- informal.

4. Resultados esperados

- elaboração, socialização das informações;
- definição de planos, projetos, programas de desenvolvimento;
- avaliação (e acompanhamento) de projetos;
- valorização de métodos adequados para ajudar a tomada de decisão em escala municipal.

MÓDULO II	Planejamento e intervenção
TÍTULO	Acompanhamento do planejamento municipal

1. O que é?

Trata-se de uma avaliação dos processos de tomada de decisão ao nível do município e do papel das instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

2. Para que serve?

- para observar e analisar o que acontece na realidade (quem faz o que?);
- para melhor definir o papel e a função da ATER;
- para identificar os instrumentos adequados em cada etapa do processo de planejamento.

3. Como fazer?

Após a identificação das funções do processo de planejamento, podemos constuir uma matriz a duas entradas, que nos ajuda a caracterizar melhor cada função, e os papéis e responsabilidades dos diversos atores em cada etapa do processo.

Podemos identificar quatro funções principais:

- **animação:** sensibilização, mobilização dos atores;
- **coordenação:** organização, programação das relações entre os atores;
- **execução:** realização das ações e tarefas programadas;
- **acompanhamento e avaliação:** seguimento, controle, reorientação e verificação da execução das diversas ações.

FUNÇÃO	COMPETÊNCIA	OCORRÊNCIA	PARTICIPAÇÃO DA ATER	CONDIÇÕES
Animação	qualquer parceiro	. iniciativa própria; . delegação; . apropriação.	sim	. organização municipal dos produtores; . trabalho de base; . socialização das informações.
Coordenação	Conselho	institucionalização	sim	. estruturação de um espaço de negociação; . animação
	Prefeitura		não	
Execução	cada parceiro de acordo com as suas competências	planos operativos	sim	compromissos: . convênios; . contratos; . orientações do Plano Diretor.
Acompanhamento e Avaliação	Conselho e Sociedade civil	participação restituição informação	sim	. organização dos grupos sociais profissionais.

Roteiro de análise do planejamento agropecuário municipal

1. identificar os diversos atores e o seu papel;
2. identificar os instrumentos adequados;
3. identificar as relações entre os diversos atores;
4. caracterizar as funções do processo de planejamento;
5. verificar a coerência entre o sistema de planejamento das instituições e do município.

O papel da ATER no processo de planejamento municipal

O extensionista pode estar envolvido em diversas fases do processo de desenvolvimento rural (local ou municipal):

- diagnóstico;
- negociação dos projetos;
- execução dos projetos;
- avaliação.

A extensão rural tem um papel de assessoria do processo de planejamento na sua área de competência (produção agropecuária).

A extensão rural pode ser um elemento dinamizador do processo de planejamento. Ela pode:

- tomar iniciativas próprias;
- mobilizar outros parceiros;
- articular ações conduzidas em parceria;
- participar da difusão da informação.

MÓDULO II	Planejamento e intervenção
TÍTULO	O zoneamento por entrevistas com pessoas-chave

1. O que é um zoneamento?

É um método de representação das situações agrárias e de estratificação do território. Existem zoneamentos para diversas escalas. *Exemplos:*

- zoneamento agro-ecológico do Nordeste (Regional);
- zoneamento agro-ecológico de Pernambuco (Estadual);
- zoneamento em Unidades de Desenvolvimento do Município de Campina Grande (municipal).

2. Para que serve?

Os objetivos principais da aplicação desse instrumento são os seguintes:

- retratar a diversidade e a dinâmica de evolução do território estudado (região, município), através de zonas que constituem, cada uma, um conjunto homogêneo;

Por exemplo:

- a unidade geo-ambiental do zoneamento agro-ecológico do Nordeste, caracteriza uma situação agro-ecológica (recursos naturais e sua valorização) homogênea;
- a Unidade de Desenvolvimento do zoneamento por entrevista com pessoas-chave caracteriza uma problemática de desenvolvimento homogênea.
- elaborar um documento que sirva de base para a discussão sobre o planejamento rural e a elaboração de um plano diretor para a região ou o município.

3. Como fazer?

Nessa ficha vamos tratar especificamente da metodologia do zoneamento por entrevista com pessoas-chave. Ela constitui um instrumento cuja aplicação pode subsidiar ações de planejamento agropecuário em escala municipal.

4. Objetivo específico

Organizar os dados e conhecimentos disponíveis afim de produzir e cartografar elementos para uma tomada de decisão na perspectiva de desenvolvimento rural em escala municipal.

5. Os passos metodológicos

-) Estudo bibliográfico e cartográfico, seleção do documento cartográfico de trabalho (mapa base), elaboração de um guia de entrevista e seleção de pessoas-chave;
-) Entrevistas e identificação da diversidade das situações locais;
-) Confrontação dos resultados das diferentes entrevistas e identificação das unidades de desenvolvimento;
-) Confrontação e agregação das informações das entrevistas e dos dados bibliográficos e cartográficos;
-) Análise e caracterização do funcionamento e das tendências de evolução espacial e social;
-) Restituição e planificação com os diferentes agentes e atores do desenvolvimento.

6. Princípios:

- O trabalho apoia-se sobre a noção de **Unidade de Desenvolvimento**, definida como uma unidade espacial na qual os recursos produtivos, sua utilização, sua valorização pela sociedade e as dificuldades existentes, traduzem uma problemática de desenvolvimento homogênea, cuja variabilidade é mínima em relação à escala cartográfica;
- Tomar em conta as representações que osatores locais tem da realidade;

7. Produtos e resultados:

- Mapa municipal das Unidades de Desenvolvimento, mapas temáticos (infraestruturas, densidade demográfica);
- Legenda matricial de cada unidade de desenvolvimento

8. Aplicação:

- Reflexão associando diferentes atores do desenvolvimento;
- Programação de atividades e da intervenção do poder municipal e das instituições de desenvolvimento;